

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: contribuições reflexivas ao debate teórico crítico sobre a formação e o trabalho profissional

Cleonice Correia Araújo<sup>1</sup>  
Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo traz reflexões de pesquisas das autoras acerca da relação entre formação profissional de assistentes sociais e o trabalho profissional no contexto da Política de Assistência Social/SUAS. Tais reflexões se situam e se articulam aos processos de expansão e privatização do ensino superior e a inserção precarizada no mundo do trabalho. Destaca os impactos e expressões desta formação precarizada e aligeirada no exercício cotidiano do trabalho profissional à medida em que retoma a perspectiva fundada na razão instrumental valorizando o empirismo, aprofundando o pragmatismo e o imediatismo do exercício profissional.

**Palavras-chaves:** Formação Profissional, Trabalho, Política de Assistência Social, crise capitalista.

### ABSTRACT

This article brings reflections on the authors' research on the relationship between the professional training of social workers and professional work in the context of the Social Assistance Policy/SUAS. Such reflections are situated and articulated with the processes of expansion and privatization of higher education and the precarious insertion in the world of work. It highlights the impacts and expressions of this precarious and lightened training in the daily exercise of professional work as it resumes the perspective based on instrumental reason, valuing empiricism, deepening the pragmatism and immediacy of professional practice.

**Keywords:** Professional Training, Work, Social Assistance Policy, capitalist crisis.

## 1 INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Assistente social, doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, membro do GAEPP/UFMA (Grupo de Estudo e Avaliação da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza). E-mail: [cleonice.ca@ufma.br](mailto:cleonice.ca@ufma.br).

<sup>2</sup> Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) membro do GAEPP (Grupo de Estudo e Avaliação da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza). e-mail [eunice.maria@ufma.br](mailto:eunice.maria@ufma.br).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



O artigo aqui proposto discute a precarização da formação e do trabalho profissional das (os) assistentes sociais no Brasil, situando essa discussão no bojo do processo de expansão e privatização do ensino superior, articulando com o movimento de inserção precarizada desses profissionais no mundo do trabalho. O objetivo é demonstrar que os processos de precarização presentes na formação profissional e no mercado de trabalho tem se expressado nos espaços laborais ocupados por assistentes sociais, em particular no processo de trabalho destes profissionais na Política Pública de Assistência Social.

O pressuposto que ancora as argumentações defendidas é que trabalho e formação constituem totalidades sociais inseridas em determinações sociohistóricas mais amplas, assim, tanto as questões pertinentes ao mundo do trabalho, quanto aquelas expressas na formação profissional integram um conjunto de estratégias impostas pelo processo de redefinição capitalista frente à crise sem precedentes que temos vivenciado, crise que não é só econômica, ela é sistêmica e afeta a própria sociabilidade, pois inflexiona os diversos âmbitos da vida social: o mundo do trabalho e da produção, o Estado e suas funções, as Políticas Públicas em geral, da qual a Educação é parte e o Serviço Social como profissão também não fica imune.

Este cenário e suas determinações têm interpelado a categoria para discutir a formação profissional como um fenômeno inserido nas tramas da dinâmica social que na expressão de sua totalidade, envolve a produção e reprodução material do ser social. Assim, no âmbito do projeto neoliberal essa dinâmica implica em mudanças e continuidades mediante as quais as estruturas funcionais são alteradas para assegurar a sua reprodução de forma exacerbada com implicações deletérias sobre a vida social, de modo geral, com forte incidência sobre as profissões, seus aportes de conhecimento e áreas de intervenção.

Desse modo, o propósito das reflexões aqui colocadas é contribuir no adensamento do pensamento crítico no intuito de impulsionar o debate teórico acerca do processo de formação e de intervenção do Serviço Social seja nas instâncias de formação ou nos espaços institucionais onde os profissionais executam seu trabalho

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

profissional, particularmente nas políticas sociais públicas e, em especial na política de assistência social.

## 2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISE: precarização como projeto?

No contexto de crise e de intensas mudanças, inclusive societárias<sup>3</sup> situamos tanto a política de educação superior em geral, quanto a formação específica das (os) assistentes sociais e também a inserção laboral desses profissionais, pois temos claro que tais processos não se fazem dissociados das determinações político-estruturais mais amplas. Assim, entende-se que o processo de mercantilização do ensino superior rebate na formação profissional das/os assistentes sociais e expressam as mudanças adotadas pelo Estado brasileiro nos últimos decênios em cumprimento aos preceitos dos organismos internacionais como: Banco Mundial, BID, BIRD, e os ditames também colocados pela Contra Reforma do Ensino Superior, que iniciou com a aprovação e implementação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996 a qual já deixou “brechas” para o ensino EAD que, posteriormente se presentifica com a instalação da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A partir de então cresce exponencialmente o setor privado lucrativo no campo da educação superior conforme demonstram os dados:

No período 1999–2018, destacam-se os seguintes números [...] 131% de aumento do total de IES; 55,7% de IES públicas; 147,3% de IES privadas, mas dentre estas, 958,1% das com fins lucrativos contra apenas 21,6% das sem fins lucrativos. [...] O Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) implementado de 2007 a 2012, que praticamente dobrou o número de matrículas das IES federais neste período. No caso das IES privadas com fins lucrativos, deveu-se, de modo especial, à ampliação da oferta de cursos, pelo barateamento das mensalidades e pelo aumento da oferta da educação a distância (EaD) SGUISSARDI, 2020, p. 216.

<sup>3</sup> A disputa teórica no âmbito da formação profissional, neste cenário, é parte da luta mais geral, porque se conecta com o projeto de defesa dos interesses da classe trabalhadora deste país. Porém, esta disputa ocorre em um campo de batalha novo e distinto, que é a crise humanitária. Crise esta que possui elementos econômicos, socioculturais, ideológicos e políticos, mas é imperioso reconhecer que ela desnuda profundamente a desigualdade estrutural que fundamenta nossa sociedade, não só como estrutura teórica e política constitutiva das relações capitalistas. Esta crise desnuda a forma material na ponta da vida de cada sujeito da classe trabalhadora (BARBOSA. Marina, 2021, p. 8)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Cabe também destacar o elevado aporte de recursos públicos na privatização do ensino superior mediante programas como ProUni e FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), configurando a transferência de recursos públicos para o âmbito privado. No mesmo processo, se efetiva a redução dos investimentos públicos para as instituições federais públicas impulsionando “o seu sucateamento”. Dessa forma, fica explícito que são movimentos que se articulam e atuam no sentido de reconfigurar a área da educação superior. Ao mesmo tempo, também ganha corpo o discurso estatal que difunde a necessidade de formar profissionais de novo tipo, competentes e, sobretudo, sintonizados com a lógica empresarial e empreendedora.

Marilena Chauí (1999), denuncia a transmutação da universidade em “universidade operacional”, deixando de ter a função político-institucional de produtora de conhecimento, pois, o conjunto de mudanças impostas alteram a concepção de educação superior e de Universidade, as suas funções precípuas são corroídas<sup>4</sup>, haja vista que o Estado nesse contexto neoliberal adotou duas estratégias concomitantes: a transformação da educação pública em educação pública não estatal e a expansão do nível de ensino superior para instituições voltadas somente para a função ensino.

Vê-se, portanto, que os processos de contrarreforma do ensino superior impulsionaram mudanças, inclusive, na concepção de universidade, na própria produção de conhecimento e no processo de formação profissional. Ademais, a expansão/mercantilização como tem ocorrido, alterou o sentido e a concepção de ensino superior acadêmico na medida em que restringiu a função dos espaços formativos desobrigando-os de fazer pesquisa e produzir conhecimentos, ao mesmo tempo em que estabelece a possibilidade dessas instituições serem escolas de 3º grau que titulam massivamente.

<sup>4</sup> De acordo com Duarte; Lima; Prestes e Queiroz (p. 245), pois vai [...] perdendo o seu caráter universal e sendo estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, manifestando, assim, a atualidade do padrão dependente de educação superior inerente ao capitalismo dependente, conforme analisado anteriormente. Seu pressuposto é a competitividade e as estratégias particulares, reforçando o individualismo e o mérito individual, o que contribui para a diluição da fronteira público e privado [...]

PROMOÇÃO



APOIO





Recentemente esse cenário se aprofundou, pois o golpe de 2016 favoreceu o ascenso de forças sociais neoconservadoras e dos interesses privados - mercantis no campo da educação intensificando as medidas de contrarreformas<sup>5</sup>.

É no bojo dos processos de privatização e empresariamento da educação superior e dos inúmeros desafios que se colocam tanto para a formação quanto para o exercício profissional, que a disputa teórica no campo da formação profissional de assistentes sociais se efetiva. Essa disputa tem sido marcada pelo crescimento da oferta de vagas<sup>6</sup> na modalidade EAD<sup>7</sup> que compromete a formação e acentua a precarização, condições bastante afinadas com a lógica do modelo educacional disseminado no tempo presente.

De acordo com Duarte; Lima; Prestes e Queiroz (p. 250-251), a precarização da formação está expressa no:

- a) aligeiramento da formação profissional com o EaD, especialmente pelo crescimento dos cursos privados, dificultando o acesso dos estudantes a uma educação que contenha pesquisa e extensão, com incentivo à capacidade

<sup>5</sup> Ainda segundo Duarte; Lima; Prestes e Queiroz (p. 245), A lógica privatizante que caracteriza o padrão dependente de educação superior no Brasil será aprofundada e ampliada no governo Michel Temer (2016/2018). O tripé ajuste fiscal para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública; diminuição da alocação da verba pública para o financiamento das políticas públicas, entre estas, a educação superior, e fortalecimento do setor privado, via fundo público, constituiu o eixo condutor da contrarreforma do Estado e da educação superior no referido período.

<sup>6</sup> Não resta dúvida de que o acesso ao ensino superior no Brasil sempre foi muito restrito, mesmo elitizado, fato que impôs muitas críticas, lutas e embates com vistas a um processo de democratização e expansão de modo a possibilitar que os segmentos menos abastados da população pudessem exercer o direito de acessar os níveis universitários de educação. Porém, o atendimento a essa demanda social historicamente foi feito por meio de incentivo a compra de vaga na rede privada através do uso de recursos públicos via programas de Crédito, a exemplo do FIES- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Outra medida adotada mais recentemente foi a criação do sistema de cotas, estratégia ampliada no âmbito das IES públicas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva o qual também instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), através do qual assegurou o acesso gratuito em IES privadas para alunos de baixa renda.

<sup>7</sup> [...] o período compreendido entre 1991 e 2019, ou seja, em 28 anos, é possível constatar que o número de cursos presenciais de Serviço Social cresceu 510,0%, em 1991, havia 70 cursos, enquanto em 2019, já eram 427 cursos. A expansão no número de cursos presenciais de Serviço Social no país ocorreu de forma mais intensa na rede privada do que na pública, apresentando números mais expressivos na modalidade a distância. Para se ter uma ideia desse crescimento, entre 2009 e 2019, o número de cursos à distância da rede privada aumentou 572,7% (Relatório Técnico nº 03/2021-Fundação Cesgranrio).



investigativa e propositiva que fuja das respostas imediatas indicadas pelo mercado;

b) incidência determinante do mercado no ensino, na pesquisa e na produção do conhecimento, além de comprometer a formulação de questões (e a busca por respostas) que atinjam a coletividade e que afligem de fato a classe trabalhadora;

c) tendência de descaso com o rigor teórico metodológico/científico diante do estímulo à imediatividade posta como realidade, desqualificando a distinção fundamental entre aparência e essência;

d) formação voltada para o fornecimento imediato de mão de obra necessária à reprodução do capital, em detrimento da educação como possibilidade também de desenvolvimento de capacidades humanas e que pense a sociedade e seus problemas de forma crítica;

e) estímulo a um perfil profissional que não preze pelo conhecimento crítico que garanta o entendimento da complexidade da realidade social e das profissões nela inserida.

No caso específico da formação de assistentes sociais temos presenciado que esta tem se efetivado, sobretudo, em instituições privadas<sup>8</sup> com um peso significativo da modalidade EAD. Maciel (2020, p. 252) com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) mostra que:

[...] no universo de 451 unidades de formação em atuação 379 são privados e 72 são públicas. Desse universo, 418 ofertam cursos nas modalidades EAD e presencial. Com o diferencial de que das 33 que ofertam na modalidade EAD apenas uma delas se caracteriza como universidade e tem natureza pública as demais são 13 Centros Universitários e uma é faculdade.

Os dados apresentados acima nos indica que a formação tem sido realizada predominantemente de forma privatizada e quase sempre por faculdades ou Centros universitários, ou seja, sem a articulação e a vivência do ensino, pesquisa e extensão, haja vista que tais instituições, por sua natureza, não são universitárias e por determinação legal, não precisam, implementar políticas de pesquisa e extensão, o que só compete as universidades públicas, e, no caso das federais, elas têm sofrido constantes cortes de recursos, sobretudo para fomento à pesquisa e aos programas de bolsas de iniciação científica.

<sup>8</sup> Maciel (2020, p. 252), com base nos dados do INEP mostra que [...] no universo de 451 unidades de formação em atuação 379 são privados e 72 são públicas. Desse universo, 418 ofertam cursos nas modalidades EAD e presencial. Com o diferencial de que das 33 que ofertam na modalidade EAD apenas uma delas se caracteriza como universidade e tem natureza pública as demais são 13 Centros Universitários e uma faculdade.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Cabe ressaltar ainda os ataques e desmontes que também atingem a área da pós-graduação. Trata-se de um movimento ofensivo de redução de investimentos que intensificam os desmontes ao mesmo tempo em que abrem espaço para a ampliação da mercantilização/privatização nesta área. Esse conjunto de determinantes contribui para avançar a concepção de educação terciária defendida e difundida pelo Banco Mundial (Lima, 2020) com implicações no processo de formação e intervenção profissional, especificamente nas áreas das ciências sociais humanas e aplicadas.

**3. FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL PRECARIZADOS:** reflexões necessárias ao debate sobre o trabalho das (dos) assistentes sociais na Política de Assistência Social

A realidade concreta tem evidenciado que a formação precarizada e aligeirada tem trazido “prejuízos” à categoria profissional das/dos assistentes sociais na medida em que no geral, tem sido ofertada, mantendo a dissociação entre o exercício profissional e os processos de investigação, privilegiando ou retomando a perspectiva fundada na razão instrumental que valoriza o empirismo.

Trata-se de uma formação profissional que dá relevo ao pragmatismo, ao imediatismo do exercício profissional e tende a enfatizar a organização dos processos operacionais por tarefas específicas reiterando o positivismo estruturalista a partir da apreensão da realidade de forma imediata, limitada, conseqüentemente despolitizada e acrítica. Assim, tem sido evidenciado que o (a) profissional egresso (a) dessa formação, quando se insere nos espaços laborais tem dificuldade de problematizar o cotidiano profissional enquanto totalidade sociohistórica. Da mesma forma, também não consegue ler e identificar a realidade social e a correlação de forças presente no âmbito das políticas sociais públicas, sobretudo quando inseridos (as) na sua execução.

Evidente que não podemos perder de vista que o trabalho profissional e as instituições públicas ou privadas onde este trabalho é realizado também estão atravessados pelos efeitos dos processos de reestruturação do capital e da minimização do Estado no trato das refrações da questão social, pois como já afirmado,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

esses processos têm afetado a sociedade na sua condição de totalidade histórica, fazendo emergir novas formas de gerir o trabalho, assim como novas condições de vida para trabalhadoras/es de modo geral.

No campo específico da Política de Assistência Social verifica-se que as (os) profissionais, em geral, não conseguem compreender o seu exercício profissional enquanto prática política e como tal, inserida no âmbito das relações sociais mais amplas de modo a entender e articular as demandas que chegam cotidianamente como resultantes da contradição capital x trabalho.

Essa dificuldade de problematizar o trabalho e as expressões da questão social com que lidam no cotidiano, também se expressa na forma como percebem o/a “usuário/a” dos serviços. Este/a dificilmente é concebido/a como trabalhador/a superexplorado/a, “sobrante” da superpopulação relativa do modo de produção. Na verdade, este sujeito é visto/a e tratado/a como um “vulnerável” que vive em situação de “risco”, portanto, descolado/a da sua condição de classe e como “portador/a da situação que o/a vulnerabiliza”, assim, as demandas atendidas não são vistas como resultante das contradições inerentes a sociedade estruturada em classes, e sim como ausência de condições ou de capacidades, reforçando-se enfoques conservadores, a-históricos que escapam da perspectiva de totalidade social.

Essa fragilidade na apreensão dos aportes teórico-metodológico e ético-político, dificulta a organização de ações que incentivem o protagonismo desses/as usuários/as para que se reconheçam como sujeitos políticos de direitos. Assim, no geral, as demandas são trabalhadas de forma individualizada e entendidas como expressões da condição de risco e vulnerabilidade social dos/das demandantes, ou seja, estamos presenciando profundas alterações no perfil profissional conforme definido nas Diretrizes Curriculares, nas Normativas da profissão – Código de Ética e Lei de Regulamentação, enfim no Projeto Ético Político profissional.

A formação aligeirada e precarizada tem preparado e disponibilizado ao mercado de trabalho um profissional com perfil cada vez mais pragmático, adaptativo, reiterando cada vez mais a alienação. Um profissional que vê a “prática” como uma

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



relação singular com o/a usuário/a, desvinculada da questão social numa perspectiva focalista de base empirista, imediatista, descritiva da realidade e do exercício profissional que tende a subestimar o rigor teórico-metodológico de análise da sociedade e da profissão taxada como excessivamente “teórica”, distante da “prática”.

Esses profissionais têm pressionado as entidades organizativas da categoria, em particular, o conjunto Cfess/Cress solicitando a oferta de cursos direcionados ao aperfeiçoamento dos instrumentais técnicos no âmbito dos processos de intervenção ou de metodologia de intervenção de enfoques psicologizantes de cunho behavioristas como: as terapias integrativas e restaurativas centradas nos indivíduos e nas famílias (familismo). Essas práticas encontram reforço ou adensamento na citada razão instrumental e se coadunam com a Teoria do Capital Humano que ancora pedagogia das competências e habilidades, na formação profissional.

Tais fundamentos se ancoram no positivismo pós-moderno, mas se apresentam como de cariz progressista, ainda que no geral, substituem a subjetividade crítica por uma compreensão mais rápida, fundamentada na lógica pragmática que se coaduna com a perspectiva do cidadão produtivo, conforme apontam estudiosos do tema, a exemplo de Frigotto (2012). Nada mais conveniente ao atual projeto burguês, cuja constituição – com o recuo dos princípios revolucionários – pauta-se em pensamentos que correspondam à ordem dominante no sentido de determinar e legitimar a materialização de concepções mistificadoras da realidade, assim, pode-se afirmar que a essência do pensamento pós-moderno se constitui uma expressão da ideologia burguesa, constitutiva de vertentes conservadoras ancoradas ao capital na sua face financeira com o objetivo explícito de invalidar a racionalidade, a criticidade, a historicidade, a totalidade e decretar a falência de outros projetos societários.

Tudo isso se faz associado a processos de precarização no mundo do trabalho contemporâneo que além de intensificar a alienação e a despolitização também promove a exploração ampliada da força de trabalho. No caso particular das (os) trabalhadoras (es) da Política de Assistência Social temos que no geral, possuem

PROMOÇÃO



APOIO



vínculos instáveis, poucas (os) são concursadas (os), os salários que auferem são muito baixos e inexistem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) conforme preconiza a NOB-RH/SUAS/2006.

As condições nas quais se processa a intervenção profissional são adversas e se expressam na falta de recursos de toda ordem para responder as demandas, influências político-partidárias, baixos salários, contratos de trabalho temporários, burocratização institucional, movimentos descontínuos da política econômica, além do trato paliativo e fragmentado em relação às refrações da questão social, o que contribui, para o esvaziamento do processo de trabalho das/dos assistentes sociais.

Raichelis, (2013), diz que o esvaziamento do trabalho das/dos assistentes sociais no contexto da Política de Assistência Social, é um fenômeno comum a outros trabalhadores, pois é parte das mudanças impostas aos setores de serviços das mais diferentes conotações, públicos ou privados. Ao discutir a proteção social e o trabalho da (do) assistente social ela aduz que:

[...] o conjunto dos trabalhadores sociais, entre os quais o/a assistente social, é afetado pela insegurança do emprego, precárias e flexíveis formas de contratação com redução ou ausência de benefícios e direitos trabalhistas, intensificação do trabalho e das formas de controle, baixos salários, pressão pela produtividade e cumprimento de metas e resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, de políticas continuadas de capacitação profissional, entre outros (Raichelis, 2013, p.625)

Yazbek, (2014, p.667), também enfatiza que no contexto contemporâneo o trabalho tem sido mais instável tendo presente a [...] ruptura entre trabalho e proteção social, condição que vai redefinir as bases dos sistemas de proteção social e as intervenções do Estado no âmbito das políticas sociais<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Como lembra Yazbek (2001), o pensamento liberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, já que não admite os direitos sociais, uma vez que os metamorfoseia em *dever moral*. Opera uma profunda despolitização da “questão social”, ao desqualificá-la como *questão pública, questão política e questão nacional*. O resultado no campo das políticas públicas na área social, na América Latina, tem sido o reforço de traços de improvisação e inoperância, o funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização do acesso aos serviços dela derivados. Permanecem políticas casuísticas e fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes públicas obsoletas e deterioradas” (Yazbek, 2001:37).

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em um contexto de manifesta disputa pelos fundos públicos, as contrarreformas em desenvolvimento no país, não só restringem os gastos previstos para fomentar as ações de natureza pública, favorecendo a focalização sistemática das medidas de proteção social, como (re)direcionam os recursos para fomentar medidas voltadas para incentivar amplo e rápido processo de desmonte e privatização da coisa pública.

Esse movimento no campo da educação é pernicioso posto que fragiliza as instituições formadoras patrocinando a dissociação entre o trabalho implementado e o processo de reflexão, reforçando-se enfoques conservadores, a-históricos que escapam da perspectiva de totalidade social distanciados dos elementos que configuram o Código de Ética desses profissionais, particularmente, das (dos) assistentes sociais.

Cumprir destacar a importância e o papel das entidades organizativas da categoria, expressas no conjunto Cfess/Cress e Abepss que, nesse processo de intensa precarização da formação e do trabalho, tem desenvolvido várias ações de enfrentamento a tais questões. No tocante à formação já foram formatadas várias campanhas de denúncias enfatizando o processo de mercantilização da formação, especificamente contra a modalidade EAD e os impactos sobre o exercício profissional, além disso, tem-se também a elaboração de algumas normativas (Resoluções), no sentido de disciplinar o trabalho profissional e promover debates objetivando problematizar a formação e os rebatimentos sobre o exercício profissional.

Em relação à Política de Assistência Social, também temos presente que essa Política tem sofrido um processo contínuo de desfinanciamento, situação que foi agudizada com a aprovação da EC/95 que limitou os investimentos públicos por vinte anos reafirmando as inúmeras análises que apontam a “perversidade” dessa estratégia e o quanto vem fragilizando a Seguridade Social brasileira da qual essa Política é parte. Temos presenciado no campo da Assistência Social, o embate com as ideias conservadoras, reacionárias de cunho religioso fundamentalista que buscam se contrapor a vários conceitos que têm subsidiado as ações dessa Política.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Além disso, agregam a esse quadro a herança conservadora e autoritária que, historicamente, mantém elevados níveis de concentração de renda, um mercado de trabalho desestruturado, com fraca capacidade de incorporação da força de trabalho e baixo assalariamento<sup>10</sup>. O resultado de tudo isto se reflete na crescente precarização das condições de vida dos (das) trabalhadores (as) mesmo aqueles (as) assalariados (as), das demandas geradas e acirradas pelo desemprego, pela pobreza e pelas desigualdades sociais em geral.

No âmbito do processo de implementação da Política de Assistência Social através do SUAS isto tem se mostrado no reduzido orçamento que a Política dispõe, na precariedade das unidades públicas (Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS e Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua - Centros POPs) e no quadro reduzido de trabalhadores que além de mal remunerados quase sempre não possuem vínculos trabalhistas efetivos.

Trata-se de um processo ampliado de precarização que afeta e se expressa nas condições de vida dos/as usuários/as das ações da Política de Assistência Social, mas também no cotidiano dos/as trabalhadoras/es engajadas/ os na implementação das ações voltadas para o atendimento das necessidades desses sujeitos. De fato, não tem sido fácil trabalhar em um contexto que tem colocado radicais transformações societárias e ampliado as desigualdades sociais (YAZBEK, 2016), situação que se complexifica mais ainda com a pandemia do Corona Vírus a partir do início do ano de 2020, particularmente para os segmentos de: desempregados, subempregados, mulheres chefes de famílias, populações de rua, indígenas, quilombolas, população carcerária, etc, mas também para as/os trabalhadoras/es da Política.

<sup>10</sup> Cumpre destacar que essa situação se agrava com a aprovação das medidas que estabeleceram a desvinculação constitucional de gastos sociais obrigatórios e a reforma trabalhista que privilegia o negociado sobre o legislado.

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ante processos complexos e ampliados de precarização na formação e na intervenção profissional urge a exigência às/aos assistentes sociais de capacidade para avaliar em profundidade a realidade social considerando suas condições objetivas, suas determinações sociohistóricas e conjunturais, múltiplas dimensões e possibilidades efetivas de resistência e enfrentamento face às adversidades (im)postas por um projeto que vem erodindo não apenas direitos sociais mas também civilidades e humanidades.

## 4. CONSIDERAÇÕES E DESAFIOS À GUIA DE CONCLUSÕES

As reflexões até aqui expostas revelam um cenário adverso de avanço da barbárie capitalista e do nazifascismo no Brasil, o que torna fundamental o papel do pensamento crítico e dialético desenvolvido nas universidades públicas brasileiras, e, em particular, pelo Serviço Social. Posturas negacionistas avançam, expressas dentre outras formas, na imposição de medidas que inviabilizem este pensar crítico e dialético.

Compreendemos que o pragmatismo, o aligeiramento, o tecnicismo, o improvisado, a acriticidade, o imediatismo na produção de resultados constituem mecanismos que tendem a descolar a realidade de suas determinações históricas, contraditórias, estruturais, econômicas, políticas, sociais, raciais. Mecanismos orientados por formas irracionais de conhecimento que limitam a apreensão objetiva da realidade, sobretudo as contradições de classe. Sem dúvida, temos um movimento regressivo com graves implicações para a formação profissional do Serviço Social, para a política social e para a perspectiva ético política de construção de projetos societários.

No caso específico do Serviço Social, importa destacar as lutas históricas da categoria na construção de um projeto profissional orientado por uma direção social e política estratégica que confere o amadurecimento intelectual e ideopolítico da profissão, explicitando seu compromisso com um novo ordenamento societário desprovido de quaisquer formas de dominação, discriminação e exploração. Direção construída processualmente mediante amplo debate da categoria acerca do significado sóciohistórico da profissão e sua relação com a realidade. No entanto, tais avanços se deparam com inúmeros entraves impostos pela ofensiva neoliberal no país, cujas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



determinações atuam para despolitizar e submeter a formação superior e a intervenção profissional aos ditames do mercado.

Podemos questionar: o que está em disputa em uma formação pragmática, aligeirada, tecnicista, imediatista, desprovida de criticidade? Trata-se de uma questão que remete à crise da sociabilidade forjada pelo capital e a produção de estratégias ofensivas para intensificar seu objetivo de ampliar as taxas de lucratividade. A fragilização dos movimentos e lutas sociais, o esvaziamento teórico-crítico na formação e no exercício profissional se refletem na minimização da combatividade e da concretização de valores e princípios preconizados no Projeto ético-político. Assim, argumentos conservadores avançam na indicação de novas metodologias pautadas na eficácia, na eficiência, na atuação multifacetada, na resolução imediata de problemas sociais e na retomada de ideias como a dicotomia entre matriz teórico-metodológica e intervenção, com ênfase no burocratismo esvaziado de criticidade.

No tocante as políticas sociais, particularmente a Política de Assistência Social, constatamos o acirramento de processos de assistencialização de uma pobreza focalizada, fraturada. Processos estes cada vez mais distanciados da lógica do direito com retrocessos que atingem a concepção, a gestão e o financiamento, impactando diretamente no trabalho e nas respostas apresentadas (ou não) aos usuários e usuárias.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marina. Educação Superior e Universidades em tempos de pandemia: alguns apontamentos, In. ABEPSS. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**, Brasília, 2021.

CHAUÍ, Marilena. A UNIVERSIDADE OPERACIONAL. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, 4(3), 1999. Disponível em <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1063>, acesso em 14.08.2022.

DUARTE, Janaína; LIMA, Kátia; PRESTES, Livia; QUEIROZ, Viviane de. Fundo patrimonial e precarização da universidade pública: a agenda do capital para a educação superior brasileira, In. PEREIRA. Larissa Dahmer; BARBOZA. Douglas Ribeiro (Orgs). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente**; 1a Edição Eletrônica; Uberlândia/Minas Gerais: Navegando Publicações, 2020.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs). **Dicionário da educação do campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GOUVÊA, Marina Machado. A culpa da crise não é do vírus. In. MOREIRA. Elaine *et al* (Orgs.). **Em tempos de pandemia**: propostas para a defesa da vida e de direitos sociais, Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. ISBN 978-65-86155-01-3 (versão online).

LIMA. Kátia. Educação superior brasileira nas primeiras décadas do novo século. In. PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de (orgs.). **Serviço Social e Educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. A Formação em Serviço social no Brasil: problematizando os desafios do tempo presente, In. GUIMARÃES. Gleny Terezinha Duro; MACIEL. Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON. Beatriz (orgs.), **Neoliberalismo e Desigualdade Social**: reflexões a partir do Serviço Social, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura mundial de crise, **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, out./dez. 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. A educação superior e a crescente desigualdade social no Brasil em tempos neoliberais, in. PEREIRA. Larissa Dahmer; BARBOZA. Douglas Ribeiro (Orgs). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil**: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente; 1a Edição Eletrônica; Uberlândia/Minas Gerais: Navegando Publicações, 2020

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio In. TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Política de assistência social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016. p. 13-16.

\_\_\_\_\_. A dimensão política do trabalho do assistente social, **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, out./dez. 2013.

PROMOÇÃO



APOIO

